



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANA PAULA BAGNAN

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA:
O PEDAGOGO COMO ARTICULADOR DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

LONDRINA
2009

ANA PAULA BAGNAN

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA:
O PEDAGOGO COMO ARTICULADOR DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador(a): Prof. Prof^a Sandra Regina
Mantovani Leite.

LONDRINA
2009

ANA PAULA PAGNAN

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA:
O PEDAGOGO ENQUANTO ARTICULADOR DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Sandra Regina Mantovani Leite
Universidade Estadual de Londrina

Profª Maria Ruth Sartori da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Profª Zuleika Aparecida Claro Piassa
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 13 de outubro de 2009.

Dedico este trabalho a Deus, em primeiro lugar, a minha família, ao meu namorado e a minha Orientadora Sandra Mantovani Leite por me ajudar e incentivar nesta pesquisa de fundamental importância para minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar força para realizar essa pesquisa.

A minha família (Marilei, Deoclecio, Bruno e Danilo) que sempre me ajudou de alguma forma a concretizar essa pesquisa.

A Professora e Orientadora Sandra pela orientação e compreensão do tema que escolhi para a realização desse trabalho.

PAGNAN, Ana Paula. **Relação família e escola:** o pedagogo como articulador da gestão democrática. 2009. 48fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa discute a importância da relação família e escola, analisando a atuação do pedagogo como coordenador do processo de gestão democrática na instituição escolar. O trabalho de conclusão de curso acontece através de pesquisa bibliográfica. No primeiro momento o estudo permitiu analisar o conceito de educação, o papel da escola e de gestão democrática desenvolvida pelo Pedagogo, com o objetivo de promover a participação da comunidade e da família no processo educacional. No segundo momento o objetivo foi analisar suas funções, no papel da família com os seus filhos (educar, de proteger, de socialização), as diferentes estruturas ou modelos familiares (nuclear, alternativa, extensa, incompleta) e a sua organização no transcorrer do tempo como a industrialização, a mulher no mercado de trabalho. Através desses estudos pude constatar que a família e a escola sendo as maiores responsáveis pela educação dos indivíduos devem estar sempre juntas para refletirem as propostas educacionais que visam a humanização, a solidariedade, o coletivo. Com isso no terceiro momento ao saber do papel do Pedagogo em incentivar a família a participar do cotidiano escolar dos filhos, descrevi a atuação do Pedagogo para buscar esse envolvimento, ou seja, através de uma escola democrática e das instâncias colegiadas (APMF, grêmio estudantil, conselho escolar, conselho de classe, construção e reformulação do PPP), possibilitar a participação e o trabalho coletivo.

Palavras chave: Pedagogo. Família. Gestão democrática. Instâncias colegiadas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O PEDAGOGO E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO COLETIVO	9
3 A INSTITUIÇÃO FAMILIAR: HISTÓRICO E FUNÇÕES	23
4 RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O tema apresentado nesta pesquisa refere-se ao comprometimento da instituição familiar, da instituição escolar e a importância entre a escola e a família na educação e na formação plena dos indivíduos, sendo que essa relação necessita da coordenação do Pedagogo.

Este tema é importantíssimo, porque através de pesquisas com a comunidade escolar as escolas podem introduzir em seus currículos atividades (reuniões de pais-professores, projetos, exposição de eventos, conselhos etc.) que proporcionem um maior entrosamento entre o educador e a família. Como a função do Pedagogo é de analisar e promover os projetos educacionais, ele pode aperfeiçoar os projetos promovendo uma maior participação dos pais.

Através das observações em algumas escolas que trabalhei, percebi como a participação dos pais na educação é importante. A família pode contribuir com a organização pedagógica da escola, através das instâncias colegiadas oportunizadas pelo Pedagogo. Com essa parceria, o Pedagogo conhecerá melhor a realidade das famílias e poderá ajudar a solucionar os problemas que envolvam os alunos; já os professores, os pais e até mesmo a comunidade poderão opinar, dialogar e refletir junto ao Pedagogo sobre as questões educacionais desenvolvidas no ambiente escolar, como as normas da instituição, colaborando assim, com o bem estar do educando.

Pretendo compreender a função da família e do pedagogo no ato de educar; como a escola incentiva e organiza para convidar e receber os pais, fazendo com que estes participem e colaborem na educação de seus filhos. Para isso é necessário pesquisar como o Pedagogo proporciona o entrosamento entre a escola e a família, de que forma o Pedagogo incentiva a participação da família na escola.

Nesse sentido, este trabalho de pesquisa se divide em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo principal analisar o papel do Pedagogo dentro de instituição formal, sua atuação numa perspectiva democrática e seu comprometimento com a educação. No segundo capítulo, apresento a função da família, o seu desenvolvimento no Brasil e as funções da família na responsabilidade com a educação dos filhos. No terceiro capítulo, o objetivo está em discutir como o Pedagogo pode incentivar a participação da família, comunidade, funcionários e

alunos no cotidiano escolar e analiso a importância das instâncias colegiadas para o desenvolvimento da escola democrática e para a formação do aluno.

A escola, como instituição social, precisa através da atuação do Pedagogo demonstrar a importância da relação família e escola, através de reuniões constantes e das instâncias colegiadas assim o Pedagogo, poderá trabalhar com a conscientização da instituição familiar, pois o mundo está em constante mudança, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a individualidade e a competição entre as pessoas. Segundo Imídeo Nérici (1988) “é preciso convencer a família de que ela muito pode fazer, apesar de suas propaladas limitações quanto à educação de seus filhos, e a escola, sozinha, está longe de poder executar toda a tarefa de adequada formação dos educandos.”

Contudo, o meu objetivo principal neste trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia é pesquisar de que forma o Pedagogo busca a participação da família e como pode trabalhar com a conscientização da instituição familiar e de todos os envolvidos no processo pedagógico sobre a importância de sua participação para exercício da cidadania e democracia.

2 O PEDAGOGO E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO COLETIVO

A educação é um processo contínuo, que engloba o desenvolvimento de cada pessoa cognitivamente, moralmente e afetivamente desde os primeiros dias de vida. Esse processo se dá em diferentes momentos de maneira intencional ou não intencional.

A instituição familiar tem o papel primordial na educação do ser humano, pois é com a família que a criança tem seu primeiro contato com um grupo social.

A educação para Libâneo se dá:

Em sentido amplo, educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente; neste sentido, a prática educativa existe numa grande variedade de instituições e atividades sociais decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade, religião, dos costumes, das formas de convivência humana. Em sentido estrito, a educação ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades explícitas de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planejada, embora sem separar-se daqueles processos formativos gerais (1992, p.17).

Através da educação, o indivíduo tem instrumentos necessários para reestruturar a sociedade, visando o melhor de si e de todos.

De acordo com Macariello:

A educação requer uma educação para a cidadania, sendo assim, se constitui em parte integrante do processo de conscientização com vistas a uma participação efetiva na construção de uma sociedade genuinamente democrática. Essa educação exige informação, o debate, a reflexão dialógica e coletiva, a partir das condições de vida e de trabalho dos atores sociais (2003, p. 58).

O processo educativo acontece em todos os momentos e é preciso que os educadores aproveitem de todos os espaços buscando uma formação integral, ou seja, de valores morais, éticos, contribuindo para a reflexão e a transformação da realidade social.

A educação se faz, também, com a assimilação de valores, gostos e preferências; a incorporação de comportamentos, hábitos e posturas; o desenvolvimento de habilidades e aptidões e a adoção de crenças, convicções e expectativas (PARO, 2007, p. 22).

Sendo assim, o ser humano é educado dentro de uma determinada visão de mundo e homem, adequando as necessidades e aos valores culturais de sua sociedade, ou seja, a educação é vista muitas vezes como uma mercadoria, produzem homens de acordo com a necessidade daquele momento.

De acordo com Brandão a educação:

Ajuda a pensar tipos de homens. Mas do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para o outro o saber que os constitui e os legitima. Mas ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideais, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedade. E esta é a sua força (1984, p. 11).

Para que a educação não reproduza essa relação de dominados e dominadores, a instituição escolar e o espaço formal revertem essa situação, fazendo com que o indivíduo entenda a realidade e a modifique. Isso não significa que fica a cargo somente da escola esse papel de educar, pois o aluno entra na escola com uma história de vida que deve ser respeitada. A escola vem para complementar essa educação, através de um saber sistematizado que desenvolva as potencialidades de cada um.

A escola é, sem dúvida, uma das instâncias mais importante da sociedade. Sua função básica é ensinar, mas a educação tem uma função muito mais ampla, o que significa que não podemos limitá-la à simples aquisição de conteúdos, uma vez que o conteúdo, por si só, não se desenvolve as habilidades mentais necessárias à formação de um raciocínio flexível e criativo, tão necessário ao homem do nosso tempo (ASSIS, 2001, p. 139-130).

Considerando os conflitos que surgem por conta do sistema capitalista é necessário que a instituição escolar contribua para a conscientização dos indivíduos, fazendo-os lutar por condições sociais, econômicas e políticas melhores e mais justas.

Libâneo diz que:

Numa sociedade em que as relações sociais baseiam-se em relações de antagonismo, em relações de exploração se uns sobre

outros, a educação só pode ter cunho emancipatório, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações (2001, p. 22).

Muitas vezes a escola deixa esse papel de humanização de lado e acaba sendo influenciada para produzir apenas pessoas aptas para o mercado de trabalho, deixando de lado as possibilidades de mudança e de igualdade. Segundo Grinspun (2003, p. 73) é primordial que seja trabalhado “com o aluno, na possibilidade de sua totalidade, desenvolvendo o sentido de singularidade, da autonomia, da dimensão da solidariedade, no verdadeiro significado humano”.

Grinspun ainda ressalta que:

A escola deve socializar o saber, a técnica, a cultura; a escola deve estar envolvida na formação – sendo quanto possível integral – do aluno; deve estar comprometida com a formação do trabalhador, em tempos de globalização, quando a empregabilidade assume um aspecto significativo e preocupante; a escola deve estar comprometida com a formação do aluno em termos de cidadania, portanto o aspecto político é indispensável nesta formação; a escola deve estar comprometida com os mecanismos que se impõem nas relações sociais, onde questões como liderança, poder, autoritarismo, assistencialismo etc. estão presentes; a escola deve estar comprometida, também – e por que não – com os sonhos, as utopias e – por que não – com a esperança que envolve a expectativa de um mundo melhor para si e para o outro (2003, p. 77-78).

A escola muitas vezes perde o seu papel social e contribui cada vez mais para o individualismo e a competitividade. É essencial que a escola priorize além dos conteúdos, os valores morais e éticos dos alunos, ou seja, deve exercer a sua prática social voltada para uma sociedade justa, igualitária, preparando o indivíduo para a cidadania.

A escola deve ser comprometida politicamente para preparar o educando para o exercício de cidadania. Fazer com que o aluno tenha conhecimentos suficientes, para que exija seus direitos, faça sua opção política consciente e que tenha competência para exercer ou atingir aquilo que deseja, sempre dentro da totalidade, e comprometimento com a modernidade (CAMATTI, 1999, p. 11).

A instituição escolar de qualidade tem o objetivo de preparar o currículo escolar de acordo com a realidade de seus alunos, para que estes possam entender onde vivem e o que fazer para melhorá-las.

De acordo com Rangel:

Assim, o princípio da contextualização, que fundamenta a escolha dos temas que trazem referências às condutas e projetos comuns de estudos integrados, será considerados em alguns dos fatores que, hoje, interferem, diretamente e amplamente, no trabalho educativo, envolvendo todos os seus segmentos e conteúdos escolares: - a ética, um dos contrapontos da violência, o meio ambiente, natural e social, o cotidiano escolar e suas questões da pluralidade e das diferenças, da nova constituição familiar, das lutas, do sucesso e do fracasso escolar, do ensino para a aprendizagem e do ensino com pesquisa (2003, p. 121).

Por isso, o educador deve respeitar as individualidades dos alunos, o tempo necessário que cada um tem para aprender. Proporcionar que os mesmos ultrapassem seus desafios e cresçam buscando melhorar o mundo.

A escola ao interagir com os demais atores sociais, que também fazem a história e se educam nesta construção, tem a possibilidade de contribuir, coletivamente, para a produção de um conhecimento transformador que além da aquisição dos conhecimentos historicamente construídos, propicie uma compreensão crítica das condições sociais, bem como dos aspectos ideológicos presentes no currículo escolar (GRINSPUN, 2003, p. 33).

A socialização, a cidadania e a solidariedade são outros fatores fundamentais que devem estar inclusos no desenvolvimento do educando na escola, assim o aluno verá a importância de trabalhar coletivamente e de intervir na sociedade para o bem estar social.

A construção da escola encontra possibilidades através da tomada de consciência da necessidade de, coletivamente, discutir as situações desafiadoras do universo escolar, combatendo o isolamento e o individualismo na busca de soluções. Integrando os conteúdos às questões atuais, como a: mercantilização do ensino, a crescente concentração de renda, o desemprego e, também buscando a articulação com os movimentos sociais que lutam para dar vez e voz: às mulheres, aos sem-terra, aos índios, aos grupos étnicos, aos marginalizados urbanos (MACARIELLO, 2003, p. 66).

Uma instituição que realmente quer formar pessoas para o exercício da cidadania precisa entender a realidade dos alunos e coletivamente educar para a democracia, ou seja, educar para o pensar, como componente fundamental para o ensino de qualidade.

Azevedo diz que as relações democráticas na escola:

Têm como objetivo básico praticar o conceito de uma educação dialógica, onde o conhecimento se constrói na interação entre sujeitos e destes com o meio, no diálogo entre os saberes, na convivência das diferenças, na aprendizagem crítica, permitindo a intervenção transformadora da realidade (2000, p. 69).

A formação democrática proporciona valores e conhecimentos aos indivíduos para o enfrentamento de diversas situações na sociedade na busca de uma construção igualitária e diversificada, que visa a transformação para uma sociedade comprometida com a cidadania e preocupada com o coletivo.

Pepe destaca que:

Assim, políticas públicas comprometidas com objetivos democráticos, constituintes de uma nova qualidade do ensino, não podem ignorar a necessidade de propor os meios adequados para a realização desses objetivos, dentre os quais se incluem mudanças na própria estrutura escolar, ou mesmo a instituição de uma estrutura didática e administrativa inteiramente nova. Isto porque, como a prática tem demonstrado, “é impossível assegurar a democratização da escola, sem facultar às unidades escolares condições político-institucionais favoráveis” (apud PARO, 2007, p. 31).

Para que a escola consiga realmente exercer a democracia é necessário que a organização didático-pedagógica e a estrutura administrativa escolar sejam prelevadas pelo diálogo e não na imposição, garantindo a participação efetiva dos usuários (alunos e pais) e dos servidores (professores e funcionários).

A democracia está prevista em lei, de acordo com Dourado:

A gestão democrática, no sentido estrito, aparece na lei n° 9.394/96 como parte integrante, como princípio, do artigo 3º, inciso VII. Desse modo, segundo a LDB, o ensino será ministrado com base no princípio de garantia de “VII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino” (2002, p. 153).

Assim sendo, a escola pública deve-se pautar na educação democrática, possibilitando maior liberdade aos alunos, fazendo-os participar em decisões e dificuldades da escola, com isso as instituições irão formar pessoas com atitudes que vão em busca de seus interesses e direitos, capazes de melhorar a vida dos cidadãos.

De acordo com Paro:

A verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não

apenas como “titulares de direito”, é preciso que a educação se preocupe com dotá-los das capacidades culturais exigidas para exercer essas atribuições, justificando-se, portanto, a necessidade de a escola pública cuidar, de modo planejado e não apenas difuso, de uma autêntica formação do democrata (2007, p. 25).

A democracia dentro da escola exige um trabalho coletivo intenso, fazendo com que a equipe pedagógica, alunos, funcionários e as famílias possam tomar decisões e ter um controle democrático do Estado (autonomia de decisão financeira, pedagógica e administrativa) através de uma educação escolar de quantidade e qualidade de acordo com os direitos e interesses dos cidadãos.

Dourado ressalta:

Todos esses princípios implicam uma nova escola, onde novos processos de participação na gestão da escola pública devem ser implementados, envolvendo comunidade, professores, coordenadores, supervisores, orientadores educacionais, pais e alunos na definição das políticas e na orientação para a gestão de sistemas com autonomia para a escola (2002, p. 153).

O papel do Pedagogo dentro da escola democrática é de conscientizar a equipe pedagógica da importância do trabalho coletivo, inclusive sobre a participação concreta da família dos educandos, desenvolvendo um trabalho de acordo com a realidade do aluno.

De acordo com Grinspun o Pedagogo:

Atua junto com os demais professores da escola, participando de um projeto coletivo, de uma formação de um homem coletivo, procurando identificar as questões das relações de poder, das resistências dentro e fora da escola e do como e do porquê devemos agir juntos em prol de uma educação transformadora e, especialmente, junto aos alunos no desenvolvimento do que caracteriza sua subjetividade (2003, p. 88).

É preciso que o Pedagogo dentro de uma escola democrática exercite os alunos a vivenciarem e pensarem realmente a democracia, através do seu cotidiano e de atividades intencionais, fazendo os alunos a refletirem sobre essa questão, ou seja, da importância do outro e do coletivo no decorrer da vida.

Garcia ressalta que em uma escola democrática é preciso que se:

[...] desenvolva nos alunos, em sua totalidade, e não simplesmente nas minorias, as possibilidades de argumentar, de discutir, de expressar seus interesses, de encontrar canais de comunicação dos

interesses de seu grupo, de se organizar coletivamente, e num determinado momento, de liderar e fazer circular as lideranças, para que futuramente eles se capacitem a falar pela sua classe ou a escolher seus representantes e controlá-los (1994, p. 24).

A relação professor e aluno é um começo para atingir esse coletivo, juntos podem refletir e ir ao alcance de ideais que melhorem a qualidade de vida e a oportunidade de realizar um sonho. A afetividade deve sempre estar atrelada a essa relação, sendo um compromisso para o educador e o começo para o início de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade solidária e coletiva. Quando há afeto, a aprendizagem acontece de uma forma mais agradável para o aluno.

Paro afirma que:

O afeto supõe empatia e compromisso do educador com o educando, com a preocupação de reforçar a condição de sujeito deste, estabelecendo uma relação humana que não seja fria e exterior, ocupada apenas em oferecer conhecimentos para serem aprendidos, mas sim calorosa e cúmplice da própria formação da personalidade do educando (2007, p. 53).

Quando falamos em ser solidários, pensamos logo em coletivo, em união entre as pessoas. Na educação, isso se expressa na democratização de ensino, onde os alunos são vistos como atores ativos na sociedade e como pessoas humanas com emoção, assim a instituição escolar contribui para a realização pessoal de cada um.

O trabalho coletivo não se restringe apenas na relação professor e aluno, pois toda comunidade (família), funcionários e a equipe pedagógica também influenciam no andamento e progresso da escola.

De acordo com Rangel (2001, p. 59):

A escola, parte importante da vida, é lugar de convívio (de “viver com”) e é, também, algo que se pode aprender, para que se faça cada vez melhor. Desse modo, o estudo aplica-se às relações dos alunos entre si, dos professores, entre si, com seus alunos, famílias, funcionários, enfim, de todos que participam da comunidade escolar.

O Pedagogo deve ter um vínculo com as famílias dos educandos, incentivando-as a participarem sobre o cotidiano escolar de seu filho, dialogando sobre a importância da afetividade e do companheirismo para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo.

Há diversas formas de se obter essa intervenção coletiva. A participação de todos (ambiente escolar e comunidade) no Projeto Político Pedagógico, o envolvimento dos pais nos conselhos escolares e formação dos grêmios estudantis, possibilitando também aos alunos uma autonomia maior dentro da escola. Com essas propostas de coletividade, o profissional da educação irá se responsabilizar mais com as dificuldades e vulnerabilidades do aluno, ajudando-os a superá-los.

Garcia ressalta que:

Conseqüentemente, o estímulo à participação de alunos e pais fortalece sua capacidade de interferir e contribuir com originalidade na luta pela transformação da sociedade, em direção à conquista de uma real cidadania, que lhes torne verdadeiramente legítimo o direito à educação, saúde, habitação, justiça, igualdade jurídica e liberdade. O direito á vida (1999, p. 48).

O Pedagogo é o articulador dessas propostas na instituição escolar, ele é quem organiza e planeja essas atividades essenciais para se obter uma educação democrática, favorecendo a formação do indivíduo enquanto cidadão transformador.

Segundo Escott os pedagogos são:

Comprometidos com a formação da pessoa, do cidadão e com o desenvolvimento e fortalecimento da vivência das relações democráticas na escola com visitas a uma ação transformadora e a construção da cidadania (apud CAMATTI, 1999, p.10).

O objetivo do Pedagogo é colaborar no processo pedagógico, na administração do espaço e tempo da escola, visando sempre a melhor forma e atender o aluno, compreendendo a realidade e as subjetividades de cada um e a partir disso ser mediador na construção dos conhecimentos e do campo afetivo. No entanto, o pedagogo deve estar atrelado com a comunidade e a realidade do aluno e suas especificidades, para contribuir de maneira mais efetiva no seu desenvolvimento.

O Pedagogo precisa conhecer melhor seus alunos enquanto sujeitos, ter a consciência que cada um tem sua história de vida, com suas diferentes necessidades e dificuldades, assim poderá colaborar satisfatoriamente para que os alunos alcancem os resultados pretendidos. Portanto o Pedagogo deve explorar mais o contexto do seu aluno, não somente dentro da escola, mas fora dela, refletindo sobre os problemas sociais da comunidade.

De acordo com Villon, o Pedagogo:

Como integrante do sistema escolar, por força da legislação oficial observa, analisa, reflete e realimenta o processo educacional que ocorre na turma, na escola e na comunidade, considerando os fatores psicológicos e sociais que o envolvem, tendo com ponto de referência o aluno como pessoa (2001, p. 97).

É fundamental que o Pedagogo esteja atento a realidade do aluno, ou seja, as experiências que acontece com ele fora da escola, as suas barreiras, fragilidades e angústias, podendo intervir para ajudá-los a superar o problema com ajuda de outros profissionais e da família.

Quero dizer da dificuldade que temos hoje, sobretudo o jovem, de pautar a conduta dentro de padrões morais e éticos compatíveis com [...] os verdadeiros valores humanos. Daí as questões que envolvem o uso de drogas e a delinqüência nas classes ditas não-carentes, aborto, AIDS, a responsabilidade individual e coletiva do cidadão e tantas outras questões presente à vida do homem moderno. Embora a escola não tenha a solução para esses problemas, ela deve se constitui em um espaço excelente de discussão, que muito poderá contribuir para a formação da consciência crítica dos alunos (ASSIS, 2001, p. 138).

Mas, para que haja de concreto essa democracia é necessário que o pedagogo aprenda a trabalhar com alunos oriundos de grupos sócio-culturais e econômicos diversos, fazendo o seu papel através da intervenção pedagógica para que estes alunos tenham acesso à cultura acumulada historicamente.

De acordo com Garcia:

O ponto de partida é a diversidade; o ponto de chegada é que é a homogeneidade, para que todos os alunos tenham acesso ao saber que buscam na escola. Que tenham acesso instrumental, que para eles não só tem o sentido de melhoria de condições de vida, mas também constitui em instrumento de luta, na transformação desta sociedade, na qual eles se colocam tão mal, não por opção, mas pelo modo como ela se organiza (1994, p. 33).

A identidade do Pedagogo é a ação pedagógica, ou seja, todas as atividades intencionais voltadas para o educacional e para o educativo, proporcionando aos alunos o saber sistematizado e a formação do indivíduo enquanto cidadão, desenvolvendo propostas respeitando as individualidades de cada um. Para isso o pedagogo tem o papel de investigação, de conhecer melhor a

realidade de seus alunos, podendo intervir da melhor maneira possível no desenvolvimento do aluno, respeitando as suas singularidades.

Grinspun diz que essa realidade:

Será tratada a partir dos valores que a envolve, da ética que a constitui, do significado histórico que a determina. Essa realidade – não só a do aluno, mas a do próprio contexto histórico – precisa ser compreendida em uma visão maior, com todos os componentes do tecido social. Precisamos lembrar que estamos formando o aluno para um novo tempo, onde a ciência e a tecnologia, apesar dos avanços, trazem para este aluno, para o homem, as novas necessidades, os novos “desconfortos” do progresso. As novas conquistas novos valores, novas leituras daquela realidade (2001, p. 29).

O aluno deve ser preparado para enfrentar essa sociedade de alienação, onde muitos aceitam a sua condição e são oprimidos. Por isso, é fundamental que o Pedagogo esteja atento as práticas sociais dos docentes, para que os mesmos não contribuam para essa situação de opressão.

Macariello afirma que:

A prática docente se constitui num dos elos fundamentais no processo de reconstrução da escola. Estas práticas não são “neutras”, pois, mesmo agindo de modo inconsciente ou consciente, podem contribuir para a reprodução das desigualdades sociais ou para a transformação social. Na ação pedagógica, estão subjacentes as concepções de mundo dos seus atores e correspondem aos diferentes níveis de consciência, o que pode originar ações nas quais há um compromisso político com a consolidação da democracia ou ações que visam à manutenção das estruturas de poder vigentes, que marginalizam grandes parcelas da população (2003, p. 35).

O Pedagogo pode contribuir para essa transformação social, deve conscientizar toda equipe pedagógica da importância das atividades que desenvolvam o raciocínio, como trabalho em grupo (socialização e liderança), debates, proporcionado sempre aos alunos situações de conflito para que eles possam resolvê-los ou solucioná-los.

O Pedagogo de acordo com Grinspun deve promover na escola:

Condições para a socialização e a participação dos alunos em uma sociedade em mudança, assim como possibilitar aos alunos o acesso aos bens culturais, científicos e tecnológicos desta sociedade. Para tanto, a escola deve oportunizar a aquisição do conhecimento a ser

construído, bem como os meios necessários para tal atividade. Além dos aspectos cognitivos, terão importância os demais aspectos básicos àquela construção, revestido de vivências e Experiências que o aluno deverá realizar. A escola deve reconhecer a bagagem que o aluno traz e estimulá-lo para que ele, sempre, seja capaz de produzir e criar. Inserida neste contexto temos, então, uma construção do próprio sujeito, que envolve o auto e o heteroconhecimento, a questão da participação nas ações coletivas, os valores nas escolhas efetuadas e a responsabilidade e autonomia nas decisões efetivadas (2001, p. 154-155).

O papel do Pedagogo na instituição escolar em relação ao professor, diante de um trabalho de humanização do indivíduo é:

[...] de argumentar, discutir e refletir sobre as problemáticas existentes de forma a tornar o aluno, principalmente mais crítico e consciente da sociedade evidenciando os conceitos de parceria, coletividade, solidariedade, entre outros, para um país que se quer mais justo, mais humano e mais solidário (GRINSPUN, 2003, p. 90).

Tendo em vista a importância dessa formação crítica, é preciso que o Pedagogo tenha um trabalho integrado com os docentes, pois eles são os protagonistas dessa educação. Este trabalho deve propiciar momentos constantes de reflexão, ou seja, toda ação educativa deve ser refletida, o pedagogo condicionar que os educadores e os alunos tenham o hábito de refletir sobre suas ações para poder melhorá-las.

O movimento de ação-reflexão, evidencia-se, de forma difusa, no intercâmbio entre os atores na sociedade e de forma sistematizada na escola e demais instâncias educativas da sociedade. A ação-reflexão no sentido da consciência histórico-crítica requer considerar a pluralidade dos olhares destes atores sobre a realidade e a parcialidade do conhecimento diante da dinamicidade do sócio, pressupondo a superação da consciência verbal (senso comum). Por vezes, passando da subordinação e da passividade diante das situações de dominação para uma política transformadora da realidade social, para uma práxis (MACARIELLO, 2003, p. 48).

A atuação do Pedagogo está em orientar e supervisionar esses profissionais da educação, através de trabalhos coletivos envolvendo sempre a interdisciplinaridade dos conteúdos, para uma melhor compreensão do processo pedagógico da escola. É fundamental que as práticas educativas estejam de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, pois este é construído coletivamente

com o objetivo de aprimorar a aprendizagem do aluno, no entanto o Pedagogo deve condicionar momentos em que o professor tenha acesso à esse projeto.

O planejamento é essencial para que o pedagogo possa avaliar o cotidiano de cada professor, de cada sala de aula, de cada espaço, verificar se as propostas pedagógicas estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico e com os parâmetros curriculares nacionais. A ação de avaliação e supervisão é fundamental, pois assim terá visão do todo da instituição.

Esse tipo de avaliação faz com que o Pedagogo esteja mais presente nas dificuldades dos professores, podendo contribuir para corrigir as falhas presenciadas, como a metodologia, didática, apoiando o educador nos momentos de fragilidades e dúvidas.

A hora atividade também deve ser supervisionada e orientada pelo Pedagogo, sendo um espaço que o educador pode utilizar para aprimorar e enriquecer seu trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula.

As reuniões pedagógicas coletivas e grupos de estudos organizados pelo Pedagogo também são fundamentais, sendo um espaço da formação continuada na busca do aprimoramento dos saberes e dos conhecimentos, com o objetivo de se obter maior desempenho em sala de aula na formação do sujeito, contribuindo para a formação crítica e ética desse cidadão.

Placco afirma que essa mediação é um compromisso do pedagogo:

Com a formação contínua de seus professores, na medida em que esta é exigência do próprio movimento de desenvolvimento da sincronidade do profissional e da evolução do conhecimento. Cada ação formadora a ser desencadeada possibilita a ocorrência de ampliação da consciência da sincronidade do professor, portanto, um clareamento das direções a serem impressas ao projeto coletivo da escola (2002, p. 101).

O pedagogo tem um importante papel dentro da escola, tem o compromisso com seus alunos, com a formação da cidadania, trabalhando com o aluno em sua totalidade, com suas emoções e razões, construindo um ser humano capaz de enfrentar as situações de seu cotidiano pensando em um bem estar social. Também tem o compromisso com o educador, de apoiá-lo, pois ele é o mediador do ensino aprendizagem. De acordo com Grinspun o Pedagogo “tem um compromisso com os alunos – em primeiro lugar, buscando que eles reflitam e compreendam o mundo de valores – em especial a ética – que circunda o nosso meio” (2003, p. 93).

De acordo com Assis, o pedagogo tem um papel:

Como a nossa prática está vinculada ao pedagógico, precisamos conhecer mais profundamente a escola enquanto instituição e tudo o que acontece dentro e fora dela: a avaliação, o currículo, o método de ensino e também o como se aprende; o trabalho com grupos e com a comunidade; a alfabetização, as questões relativas à aquisição da linguagem e à produção do conhecimento e à pesquisa social (2001, p. 138).

Portanto, o Pedagogo deve estar atento a tudo o que acontece na escola, na sociedade e com o aluno, deve refletir sobre as questões internas e externas do ambiente escolar, acompanhando integralmente os alunos em todos os aspectos e desenvolvendo projetos que os fazem refletir, que favoreçam a não vulnerabilidade do educando, permitindo a este uma condição melhor e satisfatória de vida.

O trabalho do pedagogo junto à família é essencial, pois através dessa relação o educador poderá compreender mais as dificuldades, o cotidiano das crianças. O pedagogo deve incentivar a família nessa participação, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento da criança.

A atuação do pedagogo junto a família e a participação dos alunos podem ocorrer de diferentes formas, como na construção do Projeto Político Pedagógico, através de reuniões, grêmios estudantis e órgãos colegiados.

[...] os sistemas escolares podem contar com os órgãos colegiados, como associação de pais e mestres (existente na maioria dos sistemas de ensino), conselho de escola (em considerável número de sistemas que experimentaram algum tipo de democratização da gestão) e grêmios estudantis (também previsto em muitos sistemas, mas com concorrência ainda modesta). (PARO, 2007, p. 82).

A atuação do pedagogo junto à comunidade e a família é indispensável, os alunos entram na escola com conhecimentos prévios que devem ser respeitados, por isso é necessário que o pedagogo conheça a realidade de cada um para assegurar um ensino de qualidade, com oportunidades e crescimento pessoal e profissional.

O papel do pedagogo junto a comunidade escolar e não escolar é imprescindível na escola democrática, assim poderá construir coletivamente a formação do indivíduo, estabelecendo critérios para um ensino de qualidade, formando cidadãos éticos, críticos, transformadores, capazes de melhorar o mundo.

De acordo com Paro o pedagogo tem a função de:

[...] de tornar a unidade escolar agradável e atrativo a seus usuários diretos e indiretos, dotando-a dos competentes mecanismos de participação capazes de atrair pais e demais componentes da comunidade externa, na convicção de que sua participação é não apenas um direito de participação no controle democrático do Estado nos serviços que este oferece à população, mas também uma necessidade da escola, se esta fazer-se da fato educativa (2007, p.113).

Portanto o pedagogo tem que dar o ponto de partida, construir a política da escola com todas as pessoas que contribuem na educação, incentivar os pais para essas discussões, pois juntos estabelecerão critérios para o ensino de qualidade e a formação integral do ser humano

3 A INSTITUIÇÃO FAMILIAR: HISTÓRICO E FUNÇÕES

A família é uma instituição social indispensável para a formação e desenvolvimento do ser humano, sendo essencial para o início da humanização do indivíduo. A família é o primeiro contato social da criança, por isso tem um papel primordial na educação. É na Instituição Familiar que se inicia a transmissão de valores, princípios, normas e a cultura de uma determinada sociedade ou de um grupo, servindo para vida toda.

Segundo Dessen e Polônia:

Como a primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva (2007, p. 22).

Esse vínculo da família para com a criança faz com que esta se sinta protegida e amada, assim terá maiores condições de aprendizagem e de bem estar social.

De acordo com Gardner:

No contexto da família, essas aprendizagens realizam-se no seio das atividades cotidianas, das experiências em que as crianças participam e encontram-se fortemente marcadas pelos sentimentos e pelas emoções. Assim, o que se forja não é somente um conjunto de conhecimentos sobre o mundo e sobre a maneira de ir tendo acesso a ele, mas também uma representação sobre os outros (respeitosos, ameaçadores, afetuosos, distantes, confiáveis, desconfiado, etc.) e sobre si mesmo (esperto, simpático, pesado, enlouquecido, etc.). Pode-se dizer com razão, que por meio dessas experiências e junto com as outras nos tornamos pessoas únicas, e irrepetíveis dentro dos grupos sociais aos quais pertencemos (apud SALVADOR et al., 1999, p. 162).

Isso não significa que todas as famílias têm a mesma estrutura, há formas, valores, cultura, poder sócio-econômico que diferenciam, influenciando tipos diferentes de família.

Dalberio afirma que:

[...] a família vai se constituindo num paradigma definido socialmente. Principalmente no que diz respeito aos valores culturais, aos valores morais, aos valores religiosos, além do que a própria família cria também laços que ultrapassam o simplesmente amor e vai numa outra direção: econômica, social, ideológica, política dentre outras. A família quando se estrutura para si, em seu bojo são detectados os valores que cada conjuge ou cada membro traz de si mesmo. As suas maneiras de encarar o mundo, as suas perspectivas de futuro, seus os interesses políticos, a sua cultura individualizada é coadunada com as outras que são provenientes de cada situação social (2007, p. 41-42).

Como a família se estrutura socialmente a mesma se modifica no decorrer dos tempos, da organização política e econômica da sociedade.

Prado destaca que:

A natureza das relações dentro de uma família vai se modificando, através do tempo. O aspecto mais problemático da evolução da família está sem dúvida ligado ao questionamento da posição das crianças como propriedade dos pais e à posição econômica das mulheres dentro da família. Incluem-se aí o questionamento da distribuição de papéis ditos especificamente masculinos ou femininos, e esse é um problema-chave para o surgimento de uma nova estrutura social (1981, p. 9-10).

Em tempo primitivo não havia uma organização familiar, homens e mulheres tinham total liberdade social e sexual (poligamia), ficando a mulher responsável pela tribo, numa organização matriarcal.

As mulheres constituíam a grande força do clã cuidando dos filhos, tecendo cozinhando e confeccionando utensílios, enquanto os homens eram os responsáveis pela manutenção e proteção dos clãs pescando, caçando ou construindo ferramentas (SAKAMOTO, 2007, p. 23).

Com o passar do tempo houve necessidades de sobrevivência e de novos conhecimentos, como a produção de alimentos e o seu armazenamento, domesticação de animais, técnicas de agricultura e artesanato. Segundo Sakamoto (2007, p.23) “uma nova relação de produção que se desenvolve o conceito de propriedade privada e de família e surge uma nova ordem na organização familiar”, ou seja, a família monogâmica.

De acordo com Engels:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história (2000, p. 70).

Essa organização familiar faz com que a mulher seja submissa ao marido, passando assim de família matriarcal para patriarcal.

Trigo aponta

[...] que a ordem patriarcal não deixava espaço para interesses pessoais. A principal finalidade dos casamentos era e ordem social, ou seja, de fortalecer os grupos de parentesco e de status, preservando a herança e o poder econômico. A homogamia regia a escolha do parceiro, porque havia uma visão de mundo ligada à ordem social, na qual o par ideal era aquele que tinha os mesmos valores, interesses e, portanto perfeito para uma união duradoura. A indissolubilidade do casamento estabelecida pela Igreja era forte argumento para uma escolha pensada, moderna, e apoiada em princípios de igualdade que, no dizer dos discursos moralistas, aumentava a probabilidade de sucesso no casamento (apud SAKAMOTO, 2007, p. 27).

Na sociedade moderna, com a urbanização e industrialização surge a hierarquia estando presente nas relações sociais e familiares, onde o homem com o seu esforço pode ser proprietário. Com isso, o homem vai à busca de trabalho e a mulher tem seus afazeres domésticos, cria os filhos, ou seja, a família patriarcal é substituída pela conjugal e individualista.

Para Corrêa, a família conjugal moderna é:

[...] típico produto da urbanização, reduzida ao casal e seus filhos, a finalidade do casamento não é mais principalmente a manutenção de uma propriedade comum ou de interesses políticos de um grupo, mas, sim, a satisfação de impulsos sexuais e afetivos (apud SAKAMOTO, 2007, p. 28).

A Família Brasileira, ou o que entendemos como família, se origina com a colonização portuguesa, pois antes não havia casamentos como na Europa, a maioria dos casais viviam juntos de diferentes formas. Nas famílias abastadas o casamento convencional já era mais freqüente.

Os portugueses queriam organizar a sociedade na colônia, uma vez que não estavam adaptados àquela ordem familiar e passaram a impor seus próprios costumes e padrões de conduta. A Igreja e o

Estado passaram a ditar normas de conduta, principalmente para a mulher, tentando convencer a população das vantagens do casamento. Segundo as tradições européias, a mulher devia obediência ao marido e este deveria ser piedoso e protetor da esposa. O casamento ideal era aquele sem excitação ou afeto (SAKAMOTO, 2007, p. 30).

O modelo copiado de família que foi implantado no Brasil foi a família patriarcal, composto pelo patriarca (pai), mulher e os filhos legítimos morando sob o mesmo teto. Segundo Prado (1981, p. 54) “Patriarcal é aquela estrutura familiar que não somente identifica o indivíduo pela origem paterna (patrilinear), mas ainda dá ao homem o direito prioritário sobre o filho e um poder sobre a pessoa de sua esposa”.

Segundo Prado:

Assim, descrevem-se “aqueles tempos” em que existiria um patriarca, o chefe da família em todos os sentidos, exercendo autoridade moral e econômica sobre a mulher, os filhos empregados. Havia uma divisão de tarefas rigidamente estabelecida entre os múltiplos membros da família, divisão essa que não deixava margem a dúvidas nem conflitos pois também eram bem delimitados os direitos e deveres de cada membro da família para com todos os outros (1981. p. 75).

Isso não significa que toda família brasileira existente fosse patriarcal,

Corrêa:

[...] chama a atenção para a necessidade de se fazer uma cuidadosa revisão de literatura referente à organização da família brasileira, uma vez que é possível que outras formas de organização pudessem estar presentes, mas que não tiveram a mesma ênfase dada à organização patriarcal (apud SAKAMOTO, 2007, p. 31).

No início do século XX, com a crescente urbanização e industrialização a concepção individualista começa a interferir na instituição familiar, o papel do homem e da mulher começa a diferenciar acompanhando as mudanças sociais, políticas e econômicas da época. Os valores culturais e os comportamentos do indivíduos foram abalados diante das transformações da sociedade.

Sakamoto ressalta que:

O individualismo, no sistema de alianças, implicava a busca e a seleção de um companheiro, mas de forma afetiva. O amor e a nova organização familiar tiveram novas formas e dinâmicas entre os mais pobres e os mais ricos, conservando contudo uma certa homogeneidade nas nuances de aspiração e de representações no momento histórico (2007, p. 32).

Com essas mudanças, surgem alguns movimentos sociais, como na década de 70 o movimento feminista que propõe igualdade de direitos no trabalho, no lar e no cuidado com os filhos, surge também a pílula anticoncepcional, separando a sexualidade da reprodução.

De acordo com Romanelli:

O homem perde sua condição de autoridade e provedor principal, pois os ganhos femininos tornam-se necessários para compor o orçamento doméstico. Desse modo, os homens têm dificuldade em se adaptar aos novos papéis que deles são esperados, tais como o de pai mais acessível aos filhos e marido mais solidário nos afazeres domésticos. Já as mulheres, apesar das mudanças no seu papel, não conseguem se distanciar da condição de esposa e mãe, sentindo-se culpadas quando inseridas em carreiras promissoras, por não se dedicarem integralmente a casa e aos filhos (apud PORRECA, 2007, p. 63).

Com tantas transformações a família moderna se estrutura na sua maioria de forma nuclear composta pelo pai, mãe e filhos em seu domicílio. A mulher cada vez mais se adentra ao mercado de trabalho, conquistando a sua independência econômica ou auxiliando o seu parceiro nas despesas da casa. Com a lei do divórcio, a mulher e o homem tem mais liberdade, podendo até casar-se de novo e se reestruturar numa nova família.

Portanto, mesmo diante dessas transformações e mudanças na dinâmica familiar, a família continua presente e operante na história da humanidade presente e operante na história da humanidade, pois ela é uma realidade aparentemente conhecida e vivenciada por todos os seres humanos, nascemos de uma família; mesmo aqueles que não têm experiência de família, têm pelo menos a idéia, o desejo, a aspiração a imagem da família. É elemento-chave não apenas para a sobrevivência dos seus membros, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre as gerações (PORRECA, 2007, p. 65).

Diante das mudanças da sociedade, a família contemporânea têm se deparado com diversos conflitos, como a adaptação de novos valores e a função dos membros da família. A mulher está cada vez mais ingressando ao mercado de trabalho, e muitas vezes, acaba se isentando da educação dos filhos por falta de tempo ou até de disposição. Com isso, a educação passa a ser atribuída somente ao período escolar, dificultando assim o trabalho pedagógico. É importante ressaltar

que a educação com vistas à formação do caráter, de auto-estima e da personalidade da criança, ainda é na maior parte responsabilidade dos pais.

De acordo com Petzold a família:

Sendo composta por uma complexa e dinâmica rede de interações que envolve aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais, a família não pode ser definida apenas pelos laços de consangüinidade, mas sim por um conjunto de variáveis incluindo o significado das interações e relações entre as pessoas (apud DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 23).

A instituição familiar tem um papel indispensável para a formação do indivíduo, pois é através dela que se inicia o conceito de valores, normas, como também a proteção, socialização e a adaptação cultural.

É através da própria família que a criança se integra no mundo adulto. É nesse meio que aprende a canalizar seus afetos, a avaliar e selecionar suas relações. Ora, toda família visa, primeiramente, reproduzir-se a si própria em todos os sentidos: seus hábitos, costumes e valores que transmitirão por sua vez às novas gerações (PRADO, 1981, p. 40).

Isso não significa que as famílias são idênticas, com os mesmos valores, pois as estruturas familiares variam muito de acordo com a época, condição social e cultural predominante, mas todas têm a responsabilidade acolhedora e afetiva com relação aos seus filhos, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e emocional.

Embora em diferentes graus, no contexto da família combinam-se as exigências com a estima, as diretrizes, e os ajustes e o alento para enfrentá-las, as dificuldades com o reconhecimento por tê-las superado, a orientação direcionada à tarefa bem-feita com a possibilidade de errar, o estímulo até a autonomia progressiva com a segurança que proporciona saber que existem outras pessoas que a estimam e que estão dispostas a ajudar quando necessário. Aqui nota-se que as experiências oferecidas na família e aquilo que se aprende não pode ser examinado à margem de todos esses aspectos, à margem das relações em que tomam corpo, já que são esses os responsáveis pelo impacto que têm no desenvolvimento (SALVADOR, 1999, p. 160).

Na década de 50 com a urbanização, as famílias extensas, composta por mais de uma geração em um lar, deixam espaço para a família nuclear, composta

por pai, mãe e filho, sendo atualmente a organização familiar mais encontrada, considerada normal.

Salvador ressalta que:

[...] a estrutura tópica da família nuclear – casal e filhos não-adultos- e a distribuição também tópica dos papéis desse núcleo (em que o pai assume o trabalho externo e a mãe, o trabalho doméstico e a criação dos filhos) não se ajustam, hoje em dia, a muitas unidades familiares. As mudanças de maneira de viver, a incorporação dada mulher no mercado de trabalho, os divórcios e as separações, o estado de mães solteiras, os casais formados pelo mesmo sexo, etc., têm contribuído para que a família nuclear esteja exposta a numerosas transformações (1999, p. 156).

A família nuclear pode sofrer alterações no decorrer de sua trajetória, pode haver uma desestruturação fazendo com que ela se modifique e se constitua numa nova forma familiar, ou seja, a organização familiar é mutável.

O próprio conceito de família e a configuração dela têm evoluído para retratar as relações que se estabelecem na sociedade atual. Não existe uma configuração familiar ideal, porque são inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas: nuclear tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, dentre outras combinações (STRATTON apud DESSEM; POLÔNIA, 2007, p. 23).

E ainda:

Os padrões familiares vão se transformando e reabsorvendo as mudanças psicológicas, sociais, políticas, econômicas e culturais, o que requer adaptações e acomodações às realidades enfrentadas (WAGNER; HALPÉRN; BORNHOLDT apud DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 24).

Na sociedade contemporânea há diversas formas de família, pois muitas uniões não são consideradas tradicionais e não estão presentes no conceito clássico, como os: casamentos de participação, onde o marido e a mulher participam das mesmas atividades caseiras e externas; casamentos experimentais, ou seja, a legalização da união após o nascimento do primeiro filho; há a união livre que recusa a formalização religiosa e a civil; união homossexual, quando duas pessoas do mesmo sexo moram juntas e adotam crianças.

Uma família é não só um tecido fundamental de relações mas também um conjunto de papéis definidos. A organização da vida familiar depende do que a sociedade através de seus usos e costumes espera de um pai, de uma mãe, dos filhos, de todos seus membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral é unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado (PRADO, 1981, p. 23).

Há também a família natural ou incompleta, em que as mães não têm a designação dos pais para os seus filhos, é o caso das mães solteiras que por diversos fatores não quiseram ou não puderam viver com o pai da criança.

As famílias consideradas alternativas são aquelas que vivem em comunidade, ou seja, segundo Prado é “a união de alguns indivíduos adultos decididos a viver num grupo social auto-suficiente” (1981, p. 15), as comunidades hippies são exemplo mais recente dessa organização familiar.

As diferentes formas de família têm suas funções que são determinadas de acordo com a organização social de cada época.

De acordo com Porreca:

O mundo passou e passa por intensas e rápidas transformações sociais, marcadas pela inovação tecnológica e por mudanças culturais. A sociedade está em continua transformação em todos os setores, passa por constantes processos de mudanças e adaptações culturais, econômicas, tecnológicas e sociais que repercutem intensamente no cotidiano das pessoas, propiciando a formação de uma nova cultura, que influi nos hábitos, valores e costumes e também introduzem alterações significativas no núcleo das relações domésticas, alterando suas estruturas e suas funções (2007, p. 57).

O que era antes a função apenas da família passa a ser agora da Instituição Escolar, considerando que na metade do século XX,

[...] uma das principais características da evolução social é o desenvolvimento da instituição escolar. O aprendizado não mais se dava dentro da família e o aumento da escolarização remete a transformações muito mais profundas quando então, mais do que uma socialização dos aprendizados, é um aprendizado da sociedade. Ao ser liberada de prover a educação, a família transfere para a escola o aprendizado da vida em sociedade (PROST apud FERREIRA, 2007, p. 87).

Com isso, a família muitas vezes acaba deixando suas funções de lado e transferindo suas responsabilidades na transmissão de valores para a escola.

De acordo com Ferreira:

A importância da família é inquestionável, e sem a orientação na sua tarefa educacional para uma colaboração efetiva e evidente, a escola fracassará na sua função social. A escola hoje, deixou de desempenhar tão somente a sua tarefa inicial de transmitir o conhecimento acumulado pela humanidade. A família transfere progressivamente os poderes educacionais dos pais para os professores e a escola, sem perceber que a função é insubstituível na educação da criança, sobretudo para sua estabilidade emocional (2007, p. 89).

A família desempenha um papel insubstituível na educação. É na Instituição Familiar que o indivíduo se socializa, constrói sua identidade conforme a cultura e os valores éticos.

É na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que ela é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito cooperativo e um espaço determinante de bem-estar através da distribuição de recursos, passando muitas vezes a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. Na família os filhos e demais membros encontram o espaço que lhes garantem a sobrevivência, desenvolvimento, bem-estar e proteção integral através de aportes afetivos e, sobretudo materiais (NASCIMENTO, 2006, p. 20).

A família é a referência para o indivíduo, pois ela: condiciona as condições básicas de existência do ser humano (como a alimentação, abrigo e segurança), transmite valores morais e culturais de sua sociedade, tem o papel afetivo e de socialização da criança, permitindo a ela um desenvolvimento pleno, com responsabilidades que visando o bem estar social.

4 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O termo participação é amplamente discutido na sociedade, haja visto que o ser humano participa há todo o momento, através da comunicação de diferentes formas com outros indivíduos.

De acordo com Bordenave:

O uso frequente da palavra participação também revela a aspiração de setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o controle do próprio destino. As rádios convidam os ouvintes a “participarem” de sua programação telefonando, escrevendo, solicitando discos; os partidos políticos conclamam a população a participar; o vertiginoso crescimento do associativismo nesta década parece indicar que estamos entrando na era da participação (1989, p. 8).

Muitas vezes, os indivíduos participam para transformar ou modificar aquilo que já está vigente, através de lutas sociais, greves, manifestações, que visam à satisfação pessoal e social do ser humano.

A participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por pouco. O entusiasmo pela participação vem das contribuições positivas que ela oferece (BORDENAVE, 1989, p. 12).

A participação não permeia somente a resolução de problemas, mas também as atividades rotineiras, como na alimentação (almoço, janta, café da tarde ou da manhã), a conversa em família, ou seja, em momentos de lazer e de necessidade do ser humano. Segundo Bordenave:

O homem participa nos grupos primários, como a família, o grupo de amizade ou de vizinhança, e participa também dos grupos secundários, como as associações profissionais, sindicatos, empresas. Participa ainda dos grupos terciários, como os partidos políticos, e movimentos de classe (1989, p. 23).

A participação social é a forma que o indivíduo possui para reivindicar os seus direitos (educação, saúde, emprego), para fiscalizar os serviços públicos, lutar pelos seus interesses, averiguar as taxas de impostos, com o objetivo de melhorar

qualidade de vida e maiores oportunidades. O ser humano precisa ser ativo e unir aos outros para atingir seus ideais. Bordenave diz que:

Participação social, todavia, ou participação em nível macro, implica uma visão mais larga e ter algo a dizer na sociedade como um todo. A sociedade global não é só um conjunto de associações. O cidadão além de participar em nível micro na família e nas associações, também participa em nível macro quando intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo (1989, p. 24).

Muitas vezes, o indivíduo não participa socialmente, pelo fato de ser mais cômodo. Mas isso não significa que ele não está participando, ele está participando passivamente. Segundo Demo “talvez não esteja em nossos hábitos participar. É mais prático receber as coisas dos outros, mesmo porque é um projeto milenar viver às custas dos outros” (1993, p. 25).

Muitas desculpas são justificção do comodismo, já que participação supões compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser processo, não pode ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimentação fosse previamente delimitado (DEMO, 1993, p. 20).

Dallari afirma que:

Assim sendo, a participação não depende de se desejar ou não, pois mesmo aqueles que não tomam qualquer atitude são utilizados pelos grupos mais ativos, visto que o silêncio e a passividade são interpretados como sinais de concordância com as decisões dos grupos dominantes (1985, p. 34).

Sendo assim, a participação é algo fundamental para o indivíduo, uma necessidade natural que permeia as relações humanas, o convívio, o trabalho, a informação de diferentes formas e até mesmo a passividade.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1989, p.16).

Senso o caminho natural e necessário do ser humano, é preciso que haja uma conscientização dos indivíduos sobre a importância da participação ativa, da luta por melhorias, pelos interesses e pela não corrupção e passividade.

Todos indivíduos têm o dever de participar da vida social, procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum. Esse dever tem, sobretudo, dois fundamentos: em primeiro lugar, a vida social, a necessidade básica dos seres humanos, é uma constante troca de bens e de serviços, não havendo uma só pessoa que não receba alguma coisa de outras; em segundo lugar, se muitos ficarem em atitude passiva, deixando as decisões para outros, um pequeno grupo, mais atuante ou mais audacioso, acabará dominando, sem resistência e limitações (DALLARI, 1985, p. 33).

A participação é um dos requisitos da democracia, assim como a liberdade, igualdade e solidariedade, mas é através da participação que se conquista algo, portanto a formação de indivíduos críticos, participativos e solidários é fundamental para a transformação de uma sociedade mais justa e humana.

Todavia, é um erro imaginar que a participação é apenas utopia. É realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. Por isso mesmo, a definimos como processo imorredouro de conquista. Nunca será suficiente, porque vive da utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais. Não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, rejeitada e recriada. Nem pode faltar o entusiasmo, a fé nas potencialidades de quem a primeira vista paralela de tudo destituído e imerso só em pobreza (DEMO, 1993, p. 82).

O ser humano deve se conscientizar que a participação é conquista, um processo de construção, nunca acabada, de superação e de poder. Segundo Demo “Participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir” (1993, p. 18).

De acordo com Bordenave:

Em síntese, a participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Nesse sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem. Tudo indica que o homem só e desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro idéia do homem só se dará numa sociedade participativa (1989, p. 17).

O indivíduo só será potencialmente pleno através da participação na sociedade, sendo assim, a escola é um meio de conscientizar os indivíduos dessa participação, através da gestão democrática, sendo um dos papéis do Pedagogo o trabalho coletivo no cotidiano escolar e as pesquisas sobre a realidade dos alunos, envolvendo a participação de todos (pais, funcionários, comunidade) no processo escolar, para a obtenção de um ensino de qualidade.

Segundo Dourado:

Entendemos a gestão democrática como um processo de aprendizado e luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade da criação e efetivação de canais de participação, de aprendizado do jogo democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas autoritárias que permeiam as relações sociais no seio das práticas educativas visando à transformação (2002, p. 156).

Muitas vezes os pais acabam negando as suas responsabilidades e acabam deixando para a instituição escolar esses compromissos. Em outros casos, a escola passa a culpar a família por todos os problemas do aluno. Assim o Pedagogo tem um papel essencial, conscientizar os pais, professores, alunos da importância da participação, do trabalho coletivo entre escola e família, das responsabilidades de cada um no processo educativo e formador do indivíduo.

As instâncias colegiadas são essenciais dentro de uma escola numa perspectiva democrática, sendo o pedagogo o articulador desse processo.

Como diz Dourado:

Pensar a democratização na e da escola implica articular outros mecanismos de participação. Implica, portanto, a construção de projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e grêmios estudantis, de organização do trabalho na escola, entre outros aspectos (2002, p. 159).

O Pedagogo sendo responsável pela organização da estrutura pedagógica e física da escola precisa atuar comprometido com compromisso com a democracia, ou seja, é necessário que exercite a democracia em suas ações, através das instâncias colegiadas, proporcionando aos alunos, a família e a todos envolvidos na instituição escolar a participação efetiva que envolvam o ambiente escolar. Segundo

Paro (1999, p. 22) “É preciso que cada indivíduo pratique a democracia. Daí a relevância do exercício concreto e cotidiano da cidadania: só há uma sociedade democrata com cidadãos democratas”.

A escola democrática desenvolve mecanismos de gestão que asseguram espaços públicos de vivências da cidadania. Articulada à participação dos diferentes sujeitos, estimula a participação dos diferentes sujeitos, estimula a expressão do contexto sócio-cultural, do saber popular, construindo a mediação dos saberes preexistentes com o conhecimento científico sistematizado e acumulado pela humanidade, produzindo novas sínteses, novos conhecimentos historicamente contextualizados e socialmente úteis (AZEVEDO, 2000, p. 69-70).

Dourado ressalta que a escola deve propiciar a:

Efetivação de espaços de participação e de aprendizado do trabalho coletivo. A mudança da lógica patrimonial da escola é imprescindível para a construção de um processo de aprendizado e de luta política, em prol da democratização da gestão da escolar e da implementação de graus progressivos de autonomia na escola (2002, p. 157).

A comunidade pode intervir de diferentes formas no ambiente escolar, através da participação nas instâncias colegiadas, proporcionando a democratização dentro da instituição escolar. Contudo, o Pedagogo é responsável por promover essa participação e pela gestão democrática na escola.

Segundo Veiga:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização de poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (1996, p. 18).

As instâncias colegiadas que permeiam a escola democrática são o Projeto Político Pedagógico (PPP); Conselho Escolar; Conselho de Classe, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e o Grêmio Estudantil. Mas para que se concretizem essas ações segundo Veiga (1999, p. 114) “é importante salientar que a análise das instâncias colegiadas da escola deve ter como pano de fundo a

concepção do projeto político-pedagógico que se alicerça no princípio da construção coletiva”.

O Projeto Político Pedagógico é o ponto de referência da instituição escolar, deve ser organizado coletivamente, com os professores, pais, funcionários e com toda a comunidade escolar a fim de sistematizar a identidade da escola, buscando a organização do trabalho pedagógico e trabalhando com as diversidades.

Segundo Veiga (1998b, p. 10):

Esse imprescindível esforço coletivo implica a seleção de valores a serem consolidados, a busca de pressupostos teóricos e metodológicos postulados por todos, a identificação das aspirações maiores das famílias, em relação ao papel da escola na educação da população e na contribuição específica que irá oferecer “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.2º da Lei nº 9.394/96).

Segundo Carvalho e Diogo “cabem ao projeto político-pedagógico os papéis de organizador da diversidade, construtor de espaços de autonomia, gerador de descentralização e impulsionador de uma atitude democrática e comunicativa” (apud VEIGA,1998a, p. 113).

De acordo com Vasconcellos:

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. Enquanto processo, implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e o julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além: supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados (2002, p. 17-18).

Veiga ressalta que:

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por

todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus atores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. É, portanto, fruto de reflexão e investigação (1998b, p. 9).

O Projeto Político Pedagógico é uma forma de refletir sobre as práticas e de transformá-las, de preparar para ações futuras, de prevenção para determinados problemas, ou seja, o projeto é uma metodologia que re-significa a ação dos agentes envolvidos na escola.

É necessário que se afirme a discussão do projeto político-pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção da educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica (VEIGA, 1998b, p. 13).

Portanto, é fundamental a intervenção do Pedagogo diante à comunidade, para que juntos possam refletir sobre a concepção de educação, de mundo e de homem mais adequados para a transformação da realidade.

De acordo com Vasconcellos:

O problema é que o Projeto Político-Pedagógico só consegue ser um referencial para a caminhada se os sujeitos da comunidade o reconhecerem como tal, ou seja, se identificarem-se com ele, fato muito difícil de acontecer quando não participam decisivamente da elaboração (1999, p. 179).

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico só terá êxito quando a comunidade, os funcionários, pais e a equipe pedagógica considerarem a participação de todos fundamental para a sua construção, ou seja, através da democracia e da reflexão.

Se, por um lado, a coordenação do processo de construção do projeto pedagógico é tarefa do corpo diretivo e da equipe técnica, por outro, é co-responsabilidade dos professores, dos pais, dos alunos, do pessoal técnico administrativo e de segmentos organizados da sociedade local, contando, ainda, com a colaboração e a acessória efetivas profissionais ligados à educação (VEIGA, 1998b, p. 31).

Para que o Projeto Político Pedagógico contribua satisfatoriamente nas práticas do cotidiano escolar é necessário que o Pedagogo tenha desejo, necessidade de envolver a comunidade, os funcionários e os pais, havendo um comprometimento com todos os sujeitos responsáveis pela formação do indivíduo.

De acordo com Vasconcellos:

Entendemos que o Projeto deve ser iniciado quando houver por parte da instituição o desejo, a vontade política, de aumentar o nível da participação da comunidade educativa, o real compromisso com uma educação democrática (decisão política da direção/mantenedora e da comunidade – momento em que decidi assumir efetivamente uma nova prática) (1999, p. 176).

Assim o Pedagogo tem um importante trabalho, de motivar a comunidade a colaborar com o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico para a verdadeira concretização do Projeto e da democracia escolar.

Segundo Vasconcellos (1999, p. 175):

Antes de se iniciar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, é preciso uma etapa de sensibilização, de motivação, de mobilização para com a proposta de trabalho, a fim de que esta tarefa seja assumida, tenha significado para a comunidade. Se os sujeitos não acreditarem, de nada adiantará os passos seguintes.

Para construir o Projeto Político Pedagógico é necessário que o Pedagogo tenha conscientização de sua importância para o desenvolvimento e andamento da instituição escolar e compreenda a importância da construção coletiva de conhecimento, com colaboração dos pais, funcionários e da comunidade.

O processo de elaboração do Projeto deve propiciar a formação dos sujeitos, na medida em que haja oportunidade para colocar-se em comum práticas que estão sendo realizadas, que possa haver reflexão crítica e coletiva sobre as idéias ali expressas inicialmente, etc. isto pode ser feito através do confronto de idéias contraditórias, da melhor explicitação das concepções manifestadas, de acessórias para assuntos específicos, etc. (VASCONCELLOS, 1999, p. 179-180).

O Projeto Político Pedagógico, segundo Vasconcellos, é “construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento” (1999, p. 169). Sendo a família e a escola responsáveis pelo ensino e aprendizagem dos seres humanos, cabe a estas

instituições refletir e construir esse projeto político-pedagógico, com intuito de preparar da melhor forma possível, intelectualmente os indivíduos, capazes de modificar a realidade na busca de melhorias para a sociedade.

De acordo com Vasconcellos:

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (2002, p. 13-14).

Portanto, o Projeto Político Pedagógico é um direcionamento para um compromisso estabelecido coletivamente, relacionado à organização do trabalho pedagógico da escola, que visa à eliminação das competições e do autoritarismo, tendo como desafio a transformação da realidade, proporcionando a democracia e a cidadania.

Para que haja a concretização do Projeto Político Pedagógico dentro de uma escola democrática é preciso possuir representantes ou formas representativas que permitam a tomada de decisões, ou seja, é necessário órgãos de gestão ou instâncias colegiadas, que garantam a legitimidade e a continuidade. O Conselho Escolar é umas das instâncias colegiadas que permitem aos professores, funcionários, pais e alunos, debates, discussões e reivindicações dos direitos e interesses.

Segundo Veiga:

O Conselho Escolar deverá, portanto, favorecer a aproximação dos centros de decisões dos atores. Isso facilita a comunicação, pois, rompendo com as relações burocráticas e formais, permite a comunicação vertical e também horizontal. Sob essa ótica, o Conselho possibilita a delegação de responsabilidades e o envolvimento de diversos participantes. É um gerador de descentralização. E, como órgão máximo de decisão no interior da escola procura defender uma nova visão de trabalho (VEIGA, 1998a, p. 116).

O Conselho Escolar é um espaço em que os professores, funcionários, pais e alunos têm para defender seus ideais, de procurar a solução de questões educacionais, ou seja, é um espaço de confronto.

Embora a participação de pais nas decisões do Conselho da Escola nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância de funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procurem resolver importantes contradições da vida escolar (VEIGA, 1998a, p. 116).

O Conselho de Classe, também como instância colegiada, têm como recurso metodológico analisar, discutir sobre o processo avaliativo, o processo de ensino, ou seja, o processo do trabalho escolar. Segundo Veiga:

[...] nessa perspectiva, avaliar é efetivar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento contínuo dos professores que levará aos alunos novas questões. É preciso ficar claro que o objeto do Conselho Classe é o ensino e suas relações com a avaliação da aprendizagem. (VEIGA, 1998a, p. 117).

Ainda Veiga:

Nessa tarefa de reconstrução da prática avaliativa, cabe ao Conselho de Classe dar conta de importantes questões didático-pedagógicas, aproveitando seu potencial de gerador de idéias e com um espaço educativo. É fundamental que os educadores explorem as possibilidades educativas do Conselho de Classe, mesmo enfrentando as adversas condições de trabalho, bem como as exigências burocráticas que têm de cumprir (1998a, p. 118).

Assim, o Conselho de classe é uma forma dos professores de todas disciplinas se reunirem juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou seja, com o Pedagogo para avaliarem os alunos, reavaliarem as estratégias de ensino, seleção de conteúdos e projetos educacionais, adaptações curriculares para alunos especiais e promoverem a relação da escola e família.

Outra instância colegiada é a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), órgão de representação que tem finalidade de colaborar na integração da família-escola-comunidade e que visa o aprimoramento da Proposta Pedagógica para a formação integral do aluno, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas. É importante que a escola desenvolva esse “trabalho com os pais,

levando-os a compartilhar das decisões e compreender a importância de sua participação nas decisões em que precisa de sua presença” (VEIGA, 1998a, p. 119).

De acordo com Veiga:

A participação de pais, professores, alunos e funcionários por meio da APM dará autonomia à escola, favorecendo a participação de todos na tomada de decisões no que concerne às atividades curriculares e culturais, à elaboração do calendário escolar, horário de aulas etc.; enfim, a definição da política global da escola, ou seja, a construção do seu projeto político-pedagógico (1998, p. 120).

É importante que os pais saibam que existem várias formas de participar no cotidiano escolar de seus filhos, como a APMF que dá autonomia para os pais participarem das decisões curriculares e políticas da instituição formal.

Mas para que haja essa interação é importante que o corpo docente, administrativo e a diretoria da escola dêem a devida abertura para que os pais possam colaborar no cotidiano escolar.

O Grêmio Estudantil é a instância que motiva a participação política do aluno para além da sala de aula, que proporciona a autonomia, a independência, voz ativa, desvinculando a idéia de alienação ou passividade. Segundo Veiga “o grêmio estudantil nada mais é que uma entidade representativa, tal como uma associação qualquer. Portanto, não é um órgão tutelar nem algo imposto de cima para baixo. Ele é um mecanismo democrático” (1998a, p. 123).

De acordo com Pistrak:

O grêmio estudantil não é um instrumento de luta contra a direção da escola, mas uma organização onde se cultiva o interesse dos estudantes, onde eles têm possibilidade de democratizar decisões e formar o sentimento de responsabilidade. Eles aprendem a resolver seus problemas entre si, o que evita intromissões em suas vidas (apud VEIGA, 1998a, p. 123).

Dessa forma, através das instâncias colegiadas o Pedagogo proporciona a democratização e não a burocratização do ensino. O Pedagogo tem o papel de conscientizar sobre a importância da participação de todos (comunidade, pais, alunos, funcionários) para a reestruturação da instituição escolar, promovendo a não dominação dos indivíduos, a sua autonomia política e um ensino de qualidade para os alunos. Assim, é fundamental que o Pedagogo formule coletivamente a

identidade da escola, ou seja, partindo do projeto político-pedagógico e através da participação nas instâncias colegiadas possibilitar mudanças na sociedade.

Mesmo reconhecendo as amarras e os interesses do sistema educativo em manter o controle da organização do trabalho pedagógico da escola, estou convicta de que é preciso desencadear um movimento no sentido de organizar o trabalho pedagógico com base na concepção de planejamento participativo e emancipador (VEIGA, 1998a, p. 124).

O Pedagogo é o eixo estruturante da escola, que oportuniza à comunidade, funcionários, alunos a pensarem cada um com suas especialidades a melhor forma de educação, que prioriza o sistema educativo como instrumento para a transformação social através de uma educação democrática e reflexiva. Está nas mãos do Pedagogo e da Instituição Familiar conscientizada a formação plena (intelectual e moral) dos indivíduos, buscando sempre organizar o trabalho pedagógico de maneira que estimule a educação solidária e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada argumenta sobre a importância da instituição familiar e da instituição escolar para a formação do indivíduo, a importância da interação entre ambas, as peculiaridades e o compromisso de cada instituição.

Ao pesquisar as funções do Pedagogo, averigüei que ele é o articulador da interação da família e da escola, através da gestão democrática que proporciona à comunidade, as famílias, aos alunos o envolvimento e a participação junto com os funcionários e equipe pedagógica, para a organização da instituição escolar. Sendo assim, o Pedagogo é responsável por administrar uma escola democrática, fazendo com que todos (pais, alunos, equipe pedagógica, funcionários) dialoguem e reflitam sobre as necessidades e propostas que condizem com uma formação de qualidade e de oportunidades.

A família é a referência dos indivíduos, pois é responsável por educar, ensinar as normas, regras, cultura; a transmitir conhecimentos; proteger; sustentar e iniciar a socialização e a humanização de seus membros. Portanto é essencial que a família acompanhe a vida escolar, pois esta complementa a educação familiar.

[...] os pais devem participar ativamente da educação de seus filhos, tanto em casa quanto na escola, e devem envolver-se nas tomadas de decisões e em atividades voluntárias, sejam esporádicas ou permanentes, dependendo de sua disponibilidade. No entanto, cada escola, em conjunto com os pais, deve encontrar formas peculiares de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade de pais, professores, alunos e direção a fim de tornar este espaço físico e psicológico um fator de crescimento e de real envolvimento entre todos os segmentos (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 7).

Para que a formação do indivíduo seja plena é fundamental que a família e a escola sejam parceiras, que caminhem lado a lado, sendo ambas responsáveis pela educação, desta forma juntas poderão refletir e propor condições que concretizem a democratização da escola e conseqüentemente a qualidade de ensino.

Mas para que a interação entre a escola e a família ocorra satisfatoriamente é preciso que o Pedagogo dê o ponto de partida, através de um trabalho coletivo e da concretização de uma instituição democrática, envolvendo os alunos, os pais e a

comunidade em momentos de reflexão, com o intuito de avaliar a melhor forma de possibilitar a construção de alunos cidadãos, críticos e reflexivos.

O Pedagogo deve propiciar momentos de encontro com a comunidade e as famílias, através das instâncias colegiadas, como a construção ou reformulação do projeto político-pedagógico (pensar na identidade da escola); como o conselho escolar (defender os ideais e direitos da instituição escolar); conselho de classe (analisar e avaliar o processo de ensino aprendizagem); Associação de Pais Mestre e Funcionários (aprimorar o projeto político-pedagógico); deve propiciar momentos também para os alunos como o grêmio estudantil, proporcionando ao aluno autonomia.

A criação de uma relação dialógica entre família e escola, na qual se estabeleça uma aceitação de princípios de parte a parte é essencial para o desenvolvimento escolar do indivíduo, constituindo assim, fronteiras flexíveis, sendo que as trocas resultariam em um movimento de transformação mútua, sem necessidade de definir causas, nem procurar culpas.

Concluindo, os agentes mais importantes da educação, segundo esse trabalho são a família e a escola, e esta parceria deve ser proporcionada pela atuação do Pedagogo, sendo este responsável pela continuidade no processo educativo e por motivar a família e a comunidade a participarem das instâncias colegiadas em favor da Gestão Democrática.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia A. da Silva; FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- ASSIS, Nízia. Revendo meu fazer sob uma perspectiva teórico-prática. In: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin (Org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 125-141.
- AZEVEDO, José Clóvis. **Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).
- CAMATTI, Noeli Chiarello. A função social da escola na visão do orientador. **Prospectiva**, Porto Alegre, n. 25, p. 9-11, dez. 1999.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).
- DALBERIO, Osvaldo. A família e sua constituição social. In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBERIO, Osvaldo (Org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: UNESP - FHDSS, 2007. p. 39-56.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1993.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLÔNIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/paideia>>. Acesso em: 20 nov. 2008.
- DOURADO, Luiz Fernandes. A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola. In: AGUIAR, Márcia A. da Silva; FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papirus, 2002. p. 149-160.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FERREIRA, Mercira Rosa. Escola e família: instituições em mudança rumo à parceria? In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBERIO, Osvaldo (Org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: UNESP - FHDSS, 2007. p. 85-107.
- GARCIA, Regina Leite. Orientação educacional e a democratização do ensino. In: NEVES, Maria Aparecida C. Mamede. **A orientação educacional: permanência ou mudança?** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 11-37.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Orientação educacional: o trabalho na escola**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e orientação educacional**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. O papel da orientação diante das perspectivas da escola. In: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e orientação educacional**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 69-98.

_____. A prática dos orientadores na abordagem construtivista. In: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin (Org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 142-158.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBERIO, Osvaldo (Org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: UNESP - FHDSS, 2007.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2001.

MACARIELLO, Maria do Carmo. A construção coletiva da escola: consciência, representação e prática social. In: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e orientação educacional**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 31-68.

NASCIMENTO, Arlindo Mello. **População e família brasileira: ontem e hoje**. 2006. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006>>. Acesso em: 17 mar. 2009.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução à orientação educacional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

NEVES, Maria Aparecida C. Mamede. **A orientação educacional: permanência ou mudança?** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Cidadania, democracia e educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR, 1., 1999, Blumenau. **Anais...** Prefeitura Municipal de Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 1999. p. 21-22.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Formação de professores: o espaço de atuação do coordenador pedagógico-educacional. In: AGUIAR, Márcia A. da Silva; FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 2. ed. Campinas: Papirus, 2002. p. 105-106.

PORRECA, Wladimir. Modificações na estrutura e na função da família contemporânea. In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBERIO, Osvaldo (Org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: UNESP - FHDSS, 2007. p. 57-68.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. O estudo como prática de supervisão. In: RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 57-67.

_____. Temas integradores da supervisão pedagógica, orientação educacional e comunidade escolar. In: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e orientação educacional**. São Paulo: Cortez, 2003. p.119-148.

SAKAMOTO, Dulcinéia Luccas. Família: construção, organização e reconstrução através dos tempos. In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBERIO, Osvaldo (Org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: UNESP-FHDSS, 2007. p. 19-38.

SALVADOR, Cesar Coll et al. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

_____. **Planejamento de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização**. 5. ed. São Paulo: Libertad, 1999.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

_____. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, Ilma Passos A.; REZENDE, Lucia M. G. (Org.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998a. p. 113-125.

_____. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A.; REZENDE, Lucia M. G. (Org.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998b. p. 9-38.

VILLON, Ivanita Gil. Orientação educacional e comunidade. In: GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippin (Org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 125-141.